

## Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro

Nathaniel H. Leff \*

Com o crescente interesse pela equidade e distribuição da renda no processo de desenvolvimento econômico, considerável atenção tem sido focalizada na distribuição quantitativa das rendas. Todavia, em alguns casos, grande parte da variação na distribuição de renda dentro de um país pode ser explicada pelas amplas disparidades nos níveis inter-regionais de renda *per capita*. A presença de desigualdades regionais no processo do desenvolvimento econômico foi, naturalmente, muitas vezes notada e várias teses foram propostas para explicar o fenômeno.<sup>1</sup> Contudo, por falta de

\* Sou reconhecido a F. Michael Adler, E. Bradford Burns, Peter Eisenberg, Stanley Engerman, Albert Hirschman, Harry G. Johnson, Herbert Klein, Roger Lawrence, Robert Levine, Norman Mintz, Stefan Robock, Hans Singer, Gordon Smith e Maurice Wilkinson por sugestões e comentários proveitosos acerca de minutas anteriores deste trabalho. Kempton Webb forneceu informações úteis sobre as regiões nas quais eram produzidas as várias exportações durante o século XIX. Não lhes cabe qualquer responsabilidade por eventuais erros. O apoio de um subsídio do Programa de Pesquisa do Corpo Docente da Escola Pós-Graduada de Administração de Negócios da Universidade de Colúmbia também é reconhecido com gratidão.

<sup>1</sup> Ver, e. g. MYRDAL, Gunnar. *Rich lands and poor*. New York, 1957, cap. 3.

análise histórica, a pertinência empírica dessas teses não é clara.<sup>2</sup> Assim, nem sempre se sabe se tais desigualdades são geradas por características intrínsecas do processo de desenvolvimento (por exemplo, “efeitos repercutentes”), ou se constituem essencialmente o resultado de uma diferença accidental nos níveis de renda iniciais antes do surto de moderna industrialização. Neste ensaio consideraremos as origens da desigualdade regional num dos casos de desenvolvimento dispar que é freqüentemente citado: as regiões Nordeste e Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Alternativamente, esta obra aplica-se a uma questão mais geral do desenvolvimento econômico – o fracasso do Nordeste brasileiro em se desenvolver durante extenso período em que a outra região principal do país, o Sudeste, realizava notável progresso econômico.<sup>3</sup>

Em vista da limitada disponibilidade de dados sobre o Brasil no século XIX as hipóteses avançadas neste ensaio só podem ser consideradas tentativas. Entretanto, por causa da importância do fenômeno discutido, poderá ser compensador analisar os fatores causais que parecem ter pertinência nesse caso de desigualdade regional. Como veremos, muito da explicação parece relacionar-se com a atuação de considerações de vantagem comparativa e de área de moeda ótima, nas condições do Brasil do século XIX. De maneira mais geral, a experiência histórica também coloca em evidência as questões que vêm sendo suscitadas acerca da conveniência, nas condições atuais, da união monetária para alguns dos países hoje menos desenvolvidos.

O diferencial econômico entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil não é fenômeno recente, remontando ao século XIX. No fim do século XVIII, o Nordeste não parece ter sido uma região relativamente atrasada dentro do País. Aliás, eminente historiador econômico brasileiro, Roberto Simonsen, menciona o *Sudeste* como tendo estado em profunda crise econômica.<sup>4</sup> Entretanto, já na década de 1850, os níveis de produção *per capita* no Sudeste eram mais altos que no Nordeste. Um maior produto de valor marginal conjunto da mão-de-obra e capital no Sudeste é demonstrado

<sup>2</sup> Entretanto, como exemplo de um estudo histórico de desigualdades regionais, ver ECKHAUS, R. S. The North-South differential in Italian economic development. *Journal of Economic History* XX, Jun. 1961.

<sup>3</sup> Para dados acerca da extensão em que até o meio do século XX o desenvolvimento econômico brasileiro concentrara-se no Sudeste, ver ROBOCK, Stefan. *Brazil's developing Northeast*. Washington, Broings, 1963.

<sup>4</sup> Ver SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 4. ed., São Paulo, 1962. p. 375-80. É mesmo possível que o Nordeste tenha sido relativamente próspero. Em 1796, o valor das exportações nordestinas ultrapassou o dobro das do Sudeste (*ibidem*, p. 294), enquanto, como observamos adiante, a diferença na população era muito menor.

pela capacidade dos plantadores da região de deslocar, por seu poder aquisitivo, uma grande percentagem da mão-de-obra escrava (e o capital nela invertido) do Nordeste, apesar da existência de elevadíssimos custos de transporte inter-regionais.<sup>5</sup> Rendas *per capita* superiores no Sudeste também são sugeridas pelo fato de que, quando começou a imigração européia em grande escala para o Brasil, os imigrantes eram atraídos principalmente para o Sudeste.

A introdução de significativo diferencial regional de renda implica que a renda *per capita* das duas regiões cresceu a taxas notavelmente diferentes. A taxa de crescimento relativamente baixa no Nordeste durante o século XIX foi às vezes atribuída às condições precárias da formação do capital humano na região. Isso, por sua vez, tem sido explicado em termos da alegada prevalência da escravidão na região e das condições políticas e sociais que militavam contra o investimento na educação dos escravos. Essa alegação não é convincente, pois a escravidão também estava muito difundida no setor exportador, de mais alta produtividade, do Sudeste. Realmente, já na época em que a escravidão era abolida no Brasil, em 1888, aproximadamente 75% da população escrava do país se concentravam, não no Nordeste, mas no Sudeste.<sup>6</sup>

Antes, a disparidade das taxas regionais de crescimento da renda parece ter-se relacionado, pelo menos parcialmente, com as importantes diferenças no crescimento de exportações dos produtos em que se especializaram essas regiões, particularmente café no Sudeste, e açúcar e algodão no Nordeste.<sup>7</sup> Inteiramente independente de possíveis contrastes em efeitos de vinculação entre os diversos produtos de exportação, a dessemelhança nos índices de crescimento das exportações foi suficiente para justificar diferenças significativas no ritmo de desenvolvimento regional.

A tabela 1 apresenta os dados referentes à queda brusca da participação do açúcar e algodão nas receitas de exportação totais do Brasil

<sup>5</sup> Ver os dados apresentados na seção 5.

<sup>6</sup> Essa cifra é tirada de CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política monetária do Brasil*. trad. de Thomaz Newlands Neto da edição de 1910 de *La politique monétaire du Brésil*. São Paulo, 1960. p. 179. Não existe disponível uma análise das populações regionais para o ano de 1888, mas como indica a tabela 3, os escravos provavelmente também constituíam uma proporção muito mais alta da população do Sudeste que do Nordeste.

<sup>7</sup> Compare-se uma sugestão semelhante de SIMONSEN. *História econômica do Brasil*. São Paulo, p. 405, 434-36. Nos albos do século XIX, o Sudeste brasileiro também exportava algum açúcar; e após alterações significativas no preço relativo durante o segundo terço do século XX, o Sudeste tornou-se mais uma vez importante produtor de açúcar e algodão. Todavia, durante maior parte do século XIX, estas safras ficaram predominantemente no Nordeste, ao passo que o Sudeste se especializava em café.

durante o século XIX.<sup>8</sup> Como indicam as cifras, no início do período, o açúcar e algodão, que eram produzidos principalmente no Nordeste, respondiam por quase metade das receitas de exportação. Todavia, em 1912-1914, sua contribuição já caíra para uns 3%.<sup>9</sup> Em contraste, o café aumentou sua quota das exportações totais e cresceu para dominar o comércio exterior do Brasil.

TABELA 1

Participação do algodão, açúcar e café na receita brasileira total de exportação  
(Porcentagem)

Produto	1821-23	1871-73	1912-14
Algodão	25,8	16,6	2,9
Açúcar	23,1	12,3	0,3
Café	18,7	50,2	60,4

Essa mudança na composição das exportações refletiu as diferenças acentuadas na taxa de crescimento de exportações de tais mercadorias durante o século XIX. A tabela 2 apresenta dados relativos às taxas de crescimento tendenciais exponenciais, por ano, da relação de trocas da renda

$$(V_x/P_m)$$

para exportações brasileiras de algodão, açúcar e café entre 1822 e 1913. Para permitir certo grau de desagregação, no decorrer desse longo espaço de tempo, também foram calculadas equações de tendência para tais séries em dois subperíodos, divididos no ano da depressão mundial de 1873. Como indicam os dados da tabela 2, as exportações de café aumentaram a uma taxa anual bem superior à do algodão e açúcar no período precedente. Após 1874, a disparidade no crescimento das exportações foi ainda mais sensível. O café continuou a se expandir, enquanto o algodão não

<sup>8</sup> A principal fonte usada neste trabalho é o *Anuário Estatístico* (Rio de Janeiro, 1941) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este apresenta os dados (disponíveis desde 1821) sobre o valor das exportações e sobre a taxa de câmbio.

<sup>9</sup> As exportações de algumas outras mercadorias produzidas no Nordeste, notavelmente o cacau, expandiram-se durante o século XIX. Entretanto, mesmo em 1912-14, o cacau ainda representava 3% das receitas brasileiras totais de exportação. De um modo mais geral, um cálculo aproximado (baseado na hipótese de que todas as exportações brasileiras de açúcar, algodão, fumo e cacau e metade de suas exportações de couro provinham do Nordeste) indica que a participação nordestina nas receitas totais de exportação brasileira caiu de aproximadamente 60% em 1821-23, para 36% em 1871-73 e para 11% em 1912-14. O principal fator desse declínio foi, como apontamos no texto, a queda aguda nas exportações de açúcar e algodão.

apresentava qualquer tendência. As vendas ultramarinas do açúcar, todavia, experimentaram declínio absoluto, a uma taxa acelerada.<sup>10</sup>

TABELA 2

Taxa percentual de crescimento da tendência anual nas relações de troca da renda do algodão, açúcar e café brasileiro, 1822-1913

Produto	1822-1913	1822-1873	1874-1913
Algodão	1,4	4,1	*
Açúcar	*	2,3	- 7,0
Café	5,0	6,2	3,6

\* O valor *t* da relação da tendência não é significativo ao nível de 0,05. O índice  $p_m$  usado no cômputo da série de relação de trocas da renda é o índice de preços de exportação (preços de 1880) da Grã-Bretanha, principal fornecedor estrangeiro do Brasil. Esse índice acha-se disponível em IMLAH, Albert H. *Economic elements in the pax Britannica*. Cambridge, Mass. 1958. p. 94-98.

Nota: Depois de 1870, os custos do transporte internacional caíram, de modo que os preços de importação brasileiros puderam melhorar em margem maior que a indicada pelo movimento dos preços de exportação britânicos. A queda em custos de transporte internacional, todavia, afetou as despesas de importação tanto do Nordeste como do Sudeste em medida mais ou menos igual. Conseqüentemente, o ponto principal da tabela 2 — a grande disparidade nas taxas em que a renda dessas exportações se desenvolveu — não fica alterado.

O crescimento das exportações foi de especial importância para o Brasil no século XIX, pois, como se discute em outro lugar, os principais artigos de exportação do país eram produzidos em condições que propiciavam alto multiplicador de comércio externo.<sup>11</sup> Portanto, as tendências nas divisas de exportação eram ampliadas em seu efeito sobre a renda

<sup>10</sup> Essas cifras sobre as vendas ultramarinas de açúcar e algodão não oferecem um quadro completo do crescimento da exportação de tais produtos no Nordeste, pois uma fração crescente da produção regional era vendida no Sudeste brasileiro. Entretanto, não existem informações de que tenha havido fluxo continuado de capital do Sudeste para o Nordeste. Assim, uma contrapartida dessas vendas inter-regionais do Nordeste seria necessariamente a exportação do Sudeste para o Nordeste. Conseqüentemente, os dados da tabela 2 sobre as principais mercadorias exportadas dessas regiões fornecem de fato uma idéia aproximada das taxas relativas de crescimento da exportação no Sudeste e no Nordeste. Ademais, o declínio nas exportações ultramarinas do Nordeste reduziu seu acesso ao capital estrangeiro que financiava o comércio de exportação do Sudeste e que fornecia também algum capital para a industrialização desta região. Sobre as atividades de exportação e importação como fonte de capital para a industrialização no Sudeste, ver DEAN, Warren. *The industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin, 1969. cap. 1 e 4.

<sup>11</sup> Ver LEFF, Nathaniel H. Tropical trade and development in the nineteenth-century: the Brazilian experience. 1970, mimeogr. e Long-term Brazilian economic development. *The Journal of Economic History*. p. 479-85, set. 1969. A produtividade de maior valor do setor exportador no Brasil (e a importância desse setor para o crescimento da economia) é indicada pela concentração da mão-de-obra escrava do país nas atividades exportadoras em cotejo com a outra atividade principal da economia, a agricultura doméstica.

regional. O ritmo díspar de crescimento das exportações associava-se de fato a significativas diferenças no desenvolvimento industrial e na urbanização das duas regiões.

Com o crescimento da renda regional e um mercado doméstico baseado nas exportações de café, a industrialização do Brasil que se iniciou após 1850 também concentrava-se nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em reflexo do maior crescimento nas atividades secundárias e terciárias, a urbanização prosseguiu em ritmo mais rápido no Sudeste. No Censo de 1872, a população combinada das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo já era 50% maior que as da Bahia e Recife, as duas principais cidades nordestinas.<sup>12</sup> Consideradas em relação às populações das duas regiões na época, essas cifras indicam uma taxa de urbanização 65% superior no Sudeste. Ademais, de 1872 para 1900 a população do Rio de Janeiro aumentou à taxa anual de 3,7%, enquanto São Paulo crescia 8,3% ao ano. Em contraste, a população de São Salvador cresceu a 2,2%, ao passo que a do Recife praticamente estagnou, levando a uma diferença ainda maior no desenvolvimento da urbanização por região.

O rápido desenvolvimento do Sudeste ocorreu enquanto a renda *per capita* para todo o país aumentava apenas a uma taxa baixa antes de 1900.<sup>13</sup> No começo do século XIX, a região Sudeste possuía mais de um terço da população total do Brasil, enquanto o Nordeste tinha aproximadamente a metade. Como a renda *per capita* de todo o País é uma média ponderada para as diversas regiões, o rápido crescimento do Sudeste, com seu peso mais que negligível, implica a estagnação dos níveis de renda *per capita* do Nordeste. Realmente, Celso Furtado (êle próprio do Nordeste) considerou plausível sugerir que as rendas *per capita* da região diminuíram efetivamente, de maneira que o Nordeste sofreu declínio não só relativo como também absoluto durante o século XIX.<sup>14</sup> De qualquer forma, como resultado de sua pobre experiência durante o século XIX, o Nordeste iniciou o século XX em níveis relativamente baixos de renda e salários.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Calculado a partir dos dados em GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge, 1968. p. 32. Dados sobre a distribuição regional da população do Brasil são apresentados na tabela 3 da seção 5. A grande extensão da urbanização no Rio de Janeiro evidentemente refletia em parte o fato de que ali se localizava o Governo central.

<sup>13</sup> Ver estimativas apresentadas em LEFF, Nathaniel H. *Income growth in nineteenth century Brazil*. 1970. mineogr.

<sup>14</sup> Ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5. ed. Rio, 1963. p. 175.

<sup>15</sup> Em 1889, o cônsul britânico em Pernambuco comunicou que a mão-de-obra ali era mais barata que no mundo inteiro, exceto a Ásia. Isso é citado em GALLOWAY, J. H. *The last years of slavery on the sugar plantations of Northeast Brazil*, *Hispanic American Historical Review*, (a sair), n. 54.

A discussão antecedente suscita algumas perguntas óbvias. Por que as exportações brasileiras de açúcar e algodão foram tão mal em comparação com as do café durante o século XIX? Além do mais, não seria o desempenho relativamente inferior das exportações do Nordeste apenas um sintoma superficial que refletia profundas diferenças nas aptidões sociais ou psicoculturais para o desenvolvimento econômico entre o Nordeste e o Sudeste?

O crescimento relativamente tardio das exportações de açúcar e algodão parece surpreendente, pois a demanda desses dois produtos, nos principais países avançados, expandiu-se enormemente durante o século XIX.<sup>16</sup> Algodão e açúcar há muito eram produzidos no Brasil; e, pelo menos quanto ao açúcar, o século XIX viu notável aumento na área cultivada do Nordeste.<sup>17</sup> Em ambos os produtos, todavia, o Brasil teve participação pequena e decrescente nos principais mercados mundiais. O Brasil forneceu apenas 13% das importações de algodão bruto da Grã-Bretanha na década de 1820; 7% na de 1830; e somente 3% na de 1840. Em seguida à crise mundial de escassez de algodão nos anos de 1860, a fração brasileira do mercado montou a 10% das importações britânicas na década e 9% na de 1870. Mas já na década seguinte a cifra caiu para 6%.<sup>18</sup> Quanto ao açúcar, durante o século XIX o Brasil forneceu menos de 10% da exportação mundial e essa participação caiu para menos de 2% na década de 1880.<sup>19</sup>

Numerosas explicações têm sido sugeridas para o crescimento relativamente inferior das exportações brasileiras de açúcar e algodão no século XIX. Entretanto, como expomos a seguir, essas explicações não convencem de todo. Examinemos, portanto, em maior detalhe, as condições que afetaram as exportações brasileiras dessas mercadorias, para fornecer uma

<sup>16</sup> A expansão da demanda mundial de algodão, provocada tanto pelo aumento de renda como pelos preços decrescentes dos tecidos de algodão, é fato conhecido. O consumo mundial de açúcar também parece ter aumentado destacadamente. Entre 1832-1842 e 1858-1862, por exemplo, o consumo *per capita* de açúcar na Grã-Bretanha aumentou 115%, e de 280% do mesmo período base até 1878-1888. Essas cifras são calculadas a partir dos dados em IMLAH, Albert H. *Economic elements in the pax Britannica*. Cambridge, Mass. 1958. p. 143.

<sup>17</sup> Ver GALLOWAY, J. H. The sugar industry of Pernambuco during the nineteenth century. *Annals of the Association of American Geographers*, 58: 292-95, jun. 1968.

<sup>18</sup> Esses dados são de MANN, James A. *The cotton trade of Great Britain*. London, 1960. p. 43; reimpresso em 1968, e dos dados governamentais dos Estados Unidos citados em CONRAD, Albert et alii. Slavery as an obstacle to economic growth in the United States: a panel discussion. *The Journal of Economic History* XXVII, p. 529, dez. 1967.

<sup>19</sup> Esses dados são do estudo de EISENBERG, Peter. The sugar industry of Pernambuco, 1850-1889. Tese de Ph. D., Universidade de Columbia, 1969.

explicação mais satisfatória dessa infeliz experiência no comércio e desenvolvimento do século XIX, que também influenciou no surgimento de desigualdades regionais no processo desenvolvimentista brasileiro.

Uma explicação do desempenho relativamente precário das exportações brasileiras de algodão e açúcar vem sendo feita em termos de limitações (não do mercado) do lado da demanda. Em particular, Roberto Simonsen sugeriu que as exportações brasileiras para alguns dos principais mercados mundiais foram prejudicadas por causa das preferências coloniais impostas pelos britânicos, franceses e holandeses a favor das importações provenientes de seus próprios impérios.<sup>20</sup> Por exemplo, um tratado de 1810 entre o Brasil e o Reino Unido excluía o açúcar, fumo e café brasileiros do mercado britânico durante a primeira metade do século.

As políticas coloniais indubitavelmente influenciaram a distribuição geográfica das exportações brasileiras durante o século XIX. Todavia, em relação ao problema em pauta, a interpretação de Simonsen deixa sem resposta diversas indagações. Por exemplo, por que o algodão brasileiro, que não foi excluído do mercado mesmo antes do advento do livre comércio, apresentou resultados tão pobres no mercado britânico? E, da mesma forma, por que as exportações brasileiras de café para o mercado estadunidense (que não ficou restrito durante a maior parte do século) cresceram muito mais rapidamente que as exportações brasileiras de açúcar para os Estados Unidos? Em termos mais amplos, não está claro como as restrições coloniais a favor de outras regiões exportadoras tropicais explicam as diferenças destacadas nas taxas de crescimento das exportações brasileiras *por produto* durante o século XIX.

Outras explicações atribuem os maus resultados das exportações brasileiras de açúcar e algodão às condições da oferta. Por exemplo, um observador britânico contemporâneo sublinhou a importância das carências de mão-de-obra que afetaram a produção do algodão brasileiro depois da interrupção, em 1850, da importação de escravos do ultramar.<sup>21</sup> Entretanto, a participação das exportações brasileiras de algodão no mercado britânico também declinara durante o período anterior de importação maciça de escravos da África. Igualmente, outros autores sugerem que os altos custos do transporte interno da era anteferroviária limitaram as exportações de algodão.<sup>22</sup> No entanto, após a queda dos preços de trans-

<sup>20</sup> Ver SIMONSEN. *História econômica do Brasil*. p. 404-6, 434-6.

<sup>21</sup> MANN. *The cotton trade of Great Britain*, p. 86.

<sup>22</sup> STEIN, Stanley J. *The Brazilian cotton manufacture*. Cambridge, Mass. 1956. p. 221-2.

porte ocasionada pela implantação das ferrovias, não houve qualquer aumento duradouro na participação das exportações brasileiras de algodão no mercado britânico.

Outra explicação, de caráter mais geral, focaliza as condições socio-culturais e o comportamento não econômico ou não adaptativo alegadamente associado à sociedade possuidora de escravos como a do Nordeste brasileiro. Essa interpretação ignora o fato de que o café no Sudeste também era produzido por escravos numa sociedade dominada pelos plantadores. Ademais, cabe aqui destacar os resultados das equações de resposta da oferta que foram calculadas para o açúcar e algodão, e para as demais exportações brasileiras do século XIX.<sup>23</sup> Esses resultados de modo geral não indicam o processo de ajuste mais demorado para os bens produzidos no Nordeste que para as demais exportações brasileiras.

Uma versão diferente desse argumento sugere que, embora os plantadores nordestinos tenham demonstrado iniciativa empresarial e ausência de inflexibilidade de oferta com determinadas funções de produção, empecilhos sociais e culturais retardaram a acolhida da nova tecnologia. Os produtores brasileiros de algodão eram, de fato, tecnologicamente atrasados em comparação com os produtores de outros países.<sup>24</sup> Similarmente, no açúcar, o Nordeste arrastou-se com atraso de duas ou três décadas em relação a Louisiana e Cuba na introdução de inovações técnicas no processo de moagem e na conversão da força hidráulica para o vapor.<sup>25</sup> Esse comportamento não pode sempre ser atribuído à existência de diferentes preços-fatores relativos no Brasil, pois algumas das inovações apresentavam a vantagem de poupar não só a mão-de-obra, como também o capital.

Esse argumento sugere que se valia a pena para outros produtores — os quais, é de se supor, enfrentavam condições de custo semelhantes às do Brasil — introduzir essas inovações tecnológicas, o fracasso dos plantadores nordestinos em fazê-lo reflete um comportamento não econômico devido a empecilhos culturais. Essa interpretação presume que os resultados dos produtores eram determinados principalmente pelos preços internacionais e não leva em conta o fato — teremos mais a dizer sobre isso adiante — de que os preços recebidos pelos produtores brasileiros também eram afetados

<sup>23</sup> LEFF. *Tropical trade and development*.

<sup>24</sup> Ver STEIN. *The Brazilian cotton manufacture*. p. 223. Simonsen também salientou a importância do atraso técnico brasileiro em relação aos Estados Unidos. Atribuiu a "vitória norte-americana" no mercado internacional do algodão principalmente à invenção do descaroçador de algodão de Eli Whitney. Ver *História Econômica*, (25): 370.

<sup>25</sup> Ver EISENBERG. *The sugar industry of Pernambuco*. cap. 3.

pela taxa de câmbio, usada para converter os preços esterlinos para a moeda nacional. Por outro lado, essa ênfase sobre o alegado atraso cultural dos plantadores nordestinos não se coaduna com os resultados dum episódio nas décadas de 1870 e 1880, quando o Governo brasileiro tentou deter o declínio do Nordeste promovendo a introdução da moderna tecnologia do açúcar por companhias estrangeiras.<sup>26</sup> O Governo teve considerável dificuldade em arranjar investidores estrangeiros (que presumivelmente não se constringiam com as tradições culturais do Nordeste) que aceitassem as concessões oferecidas. Além disso, muitas das empresas que finalmente se lançaram utilizando a tecnologia mais moderna sofreram prejuízos em vez de auferirem lucros.<sup>27</sup> Algumas dessas usinas foram subsequentemente vendidas, na base de valores depreciados, a proprietários brasileiros, e as novas usinas continuaram a operar. Todavia, a introdução da nova tecnologia não conseguiu sustar o declínio dramático das exportações brasileiras de açúcar, cujo valor decresceu a uma taxa de tendência anual de 9,2% entre 1881 e 1913.<sup>28</sup>

Pelos motivos expostos, as explicações anteriores não satisfazem. Entretanto, outra abordagem apresenta-se prontamente: a vantagem comparativa brasileira e as taxas de lucratividade disponíveis nas diferentes atividades exportadoras do país durante o século XIX favoreceram o café, em prejuízo do açúcar e do algodão. Essa interpretação pareceria realmente singela demais para valer a pena discutir se não fossem as concepções errôneas acerca das origens das desigualdades regionais no Brasil introduzidas pelas explicações anteriores.

O Brasil não terminou a escravidão até 1888. Consequentemente, os dados sobre a distribuição da mão-de-obra escrava do país podem ser utilizados para fornecer uma indicação do produto de valor marginal relativo

<sup>26</sup> Uma narrativa desse episódio, que é admiravelmente contemporâneo no esforço consciente de salvação econômica e social através da modernização tecnológica, é apresentada em GRAHAM. *Britain and the onset of modernization in Brazil*. p. 149-58; EISENBERG. *The sugar industry of Pernambuco*. cap. 3; e GALLOWAY. *The sugar industry of Pernambuco in the nineteenth century*. p. 300-2.

<sup>27</sup> Má administração da parte de algumas firmas estrangeiras também desempenhou um papel importante no fracasso desse episódio. Todavia, os principais fatores responsáveis parecem ter sido as condições econômicas que afetaram as exportações de açúcar brasileiro, discutidas nas seções seguintes.

<sup>28</sup> Como W. A. Lewis apontou em suas Conferências Wicksell de 1969 (*Aspects of tropical trade, 1883-1965*. Estocolmo, 1969. p. 10), os preços mundiais do açúcar caíram entre 1883 e 1913. Todavia, a queda no valor das exportações brasileiras de açúcar foi muito maior que no caso dos demais exportadores de açúcar. O maior declínio citado por Lewis é o da ilha de Maurício, onde o valor das exportações de açúcar caiu a uma taxa anual de aproximadamente 2%. Como indica o texto, o declínio no Brasil foi muito maior.

à mão-de-obra e às taxas relativas de lucratividade do capital (invertido em escravos) que foram empregadas nas diferentes atividades de exportação.

Durante a maior parte do século, os lucros obteneveis no algodão foram aparentemente inferiores aos disponíveis nas outras atividades de exportação. Isso é indicado pelo fato de que o algodão geralmente não era produzido num sistema de plantação, utilizando escravos, mas plantado em pequena escala por indivíduos pobres demais para terem acesso ao capital necessário para o açúcar e outras safras.<sup>29</sup> Simultaneamente, num deslocamento no qual o movimento dos preços relativos parece ter desempenhado um papel importante, as taxas de retorno e o produto de valor marginal da mão-de-obra parecem ter progredido a favor do café e em prejuízo do açúcar.<sup>30</sup> Evidência dessa mudança é fornecida pelo fato de que, durante o século, os cafeicultores do Sudeste puderam comprar parte da mão-de-obra escrava do Nordeste.<sup>31</sup> A tabela 3 apresenta dados sobre esse deslocamento. Como já observamos, na época em que era abolida a escravidão, aproximadamente 75% da população escrava localizavam-se na região cafeeira dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Essa redistribuição de fatores para atividades de lucratividade superior foi, contudo, incompleta. Ainda em 1872, cerca de 47% da população do país ainda estavam no Nordeste.<sup>32</sup> Não é necessário postular a irraciona-

<sup>29</sup> STEIN. *The Brazilian cotton manufacture*. p. 47. e *Evolution of Brazilian cotton plantations. Conjuntura Econômica*, (5): 24, 1970.

<sup>30</sup> O preço do café relativo ao açúcar aumentou a uma taxa anual de 1,2% entre 1828 e 1873. Isso pode ser devido às condições de oferta no mercado internacional que propiciaram aumentos desproporcionalmente grandes tanto na produção do açúcar de cana como de beterraba. Os dados apresentados em *Tropical trade and development* sugerem que os preços de outras mercadorias exportadas do Brasil em relação ao açúcar aumentaram a taxas ainda superiores. Todavia, a redistribuição da mão-de-obra escrava parece ter ocorrido principalmente do açúcar para o café.

<sup>31</sup> Como um observador contemporâneo descreveu esse movimento: "Os escravos vêm sendo absorvidos pelas províncias do Sul há anos. É comum encontrar 300 ou 400 deles nas plantações de café do Rio; raramente, chega a haver uma vintena nos latifúndios de açúcar de Pernambuco ou Pará." Ver SMITH, Herbert H. *Brazil, the Amazonas and the coast*. London, 1879. p. 470. A redistribuição de escravos para o Sudeste teria sido ainda maior não fossem os impostos de exportação lançados por várias das províncias nordestinas num esforço de parar o movimento.

<sup>32</sup> A proporção caiu rapidamente depois, de cinco pontos percentuais entre 1872 e 1890. Naquele período, a população da região Sudeste cresceu a uma taxa anual de 2,3% contra 1,4% no Nordeste. Parte da diferença nas taxas regionais de crescimento demográfico reflete o impacto das migrações do estrangeiro que ia para o Sudeste. Todavia, o fato de que a taxa de crescimento demográfico do Nordeste era inferior à taxa natural de aumento da população de 1,6% sugere que a migração para fora da região pode também ter ocorrido. A migração interna talvez se acelerou como resultado da queda nos custos de transporte ocasionada pelo crescimento da rede ferroviária nesses anos. (Os dados sobre a população e imigração são do MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO. *Demografia*. Rio, 1966. p. 39, 73-8; e ONOBY, Oliver. *A inflação brasileira, 1822-1958*. Rio, 1960. p. 308.)

lidade para explicar essa disparidade continuada em retornos de fatores, pois havia importantes custos e óbices sobre a redistribuição de recursos.

Os altos custos do transporte interno entre as regiões do Brasil, naturalmente, reduziram o fluxo da mão-de-obra para qualquer diferencial salarial específico.<sup>33</sup> Custos de capital relativamente elevados, que eram o caso no Brasil do século XIX,<sup>34</sup> também diminuíram o montante do investimento em migração. Uma explicação adicional de por que o movimento da mão-de-obra foi tão limitado é a de que, como indica a tabela 3, a migração inter-regional foi muito maior para os escravos que para a população livre. Primeiro, a mão-de-obra livre não foi usada extensivamente nas principais atividades exportadoras do Sudeste antes da década dos 1880, de modo que a demanda da mão-de-obra livre ficava em grande parte circunscrita ao setor doméstico. Além disso, os custos de transporte eram mais baixos para os escravos que para os migrantes livres.<sup>35</sup> Ademais,

TABELA 3  
Distribuição regional da população do Brasil, 1823 e 1872  
(Porcentagem)

Região	População escrava		População livre		População total	
	1823	1872	1823	1872	1823	1872
Norte	3	2	3	4	3	3
Nordeste	54	32	51	49	52	47
Sudeste	39	59	37	37	38	40
Sul	1	6	7	7	5	7
Centro-Oeste	3	1	2	2	2	2

Fonte: Calculado dos dados citados em STEIN, Stanly J. *Vassouras*. Cambridge, Mass. 1957. p. 296.

Nota: Seguindo a atual convenção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as diversas regiões foram definidas da seguinte maneira: O Norte consiste em: Amazonas, Pará, e os Territórios; o Nordeste, em Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e Fernando Noronha; o Sudeste, em Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; o Sul, em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e o Centro-Oeste, em Mato Grosso e Goiás.

<sup>33</sup> O transporte do Nordeste para o Sudeste era geralmente marítimo. Do Recife para o Rio, por exemplo, isso envolvia uma viagem de cerca de 1930 km. Outro importante elemento no custo da viagem decorria dos meios de transporte primitivos e demorados entre o interior e os portos.

<sup>34</sup> STEIN, Stanley J. *Vassouras*. Cambridge, Mass. 1957. p. 19-20.

<sup>35</sup> Acomodações especiais de baixa qualidade estavam disponíveis para os escravos embarcados a partir dos portos nordestinos para o Rio de Janeiro; a tarifa para sua passagem era aproximadamente a metade da dos passageiros livres. Devo a Herbert Klein essa informação.

do lado da oferta, o mercado da mão-de-obra escrava fornecia um mecanismo para financiar os custos de capital da redistribuição inter-regional da mão-de-obra dos escravos. Não havia disposições do mercado de capital comparáveis para financiar a migração pela população livre. Finalmente, a maioria dos tipos de solo (e clima) especiais do Nordeste não se prestava tecnicamente para a produção do café e oferecia maiores resultados em outras atividades. Conseqüentemente, nos casos dos latifundiários que derivavam sua renda de uma combinação de insumos de terra, capital e iniciativa empresarial, a redistribuição dos fatores a favor do café também era obstada. Em reflexo dessas circunstâncias que afetavam os custos de redistribuição de fatores, embora parte da mão-de-obra escrava do Brasil fôsse transferida para o Sudeste, o movimento global de fatores ficou limitado.

Implícito na discussão precedente das causas da limitada redistribuição dos recursos do açúcar e do algodão para o café estava o condicionamento associado à dotação de terras do Brasil. Esse é um fator às vezes negligenciado; mas, devido à sua importância como insumo numa economia agrícola como a do Brasil no século XIX, um número de pontos deve ser notado.

A terra não era fator uniforme ou homogêneo, no sentido de possuir propriedades técnicas idênticas e, portanto, resultados iguais em tôdas as atividades. Em particular, como se observou, os tipos especiais de solos do Nordeste tinham retornos mais elevados em atividades outras que o café. Conseqüentemente, a terra não era um fator móvel e assim a redistribuição de outros recursos envolvia mobilidade geográfica. Devido à dotação de terras do Brasil e ao atraso na rede de transportes do País, os custos dessa redistribuição eram elevados. Primeiro, com a abundância de terra o cultivo era extensivo e as densidades demográficas reduzidas. Em conseqüência, as distâncias do interior do Brasil para os lindes das diferentes regiões eram grandes. Os custos de transferência também eram altos em vista das grandes distâncias entre as regiões. Devido às grandes distâncias inter-regionais, assim como intra-regionais, os movimentos geográficos necessários para a redistribuição de fatores eram consideráveis. Parcialmente, por motivo dos altos custos do transporte interno, os cafeicultores sudestinos achavam mais barato importar mão-de-obra da Itália que do Nordeste. A disponibilidade de meios de transporte de baixo custo tais como ferrovias teria remediado essa situação reduzindo custos e permitindo que a mão-de-obra escapasse do Nordeste e de sua lucratividade mais baixa. As ferrovias

foram construídas relativamente tarde no século XIX no Brasil, após ter começado a imigração estrangeira em grande escala.<sup>36</sup>

Até o momento observamos que o diferencial Nordeste-Sudeste no desenvolvimento econômico brasileiro parece provir de uma disparidade significativa durante o século XIX nas taxas de crescimento das exportações em que se especializaram as duas regiões. A diferença no crescimento das exportações, por sua vez, refletiu um deslocamento na vantagem comparativa do país, de modo que, apesar da grande expansão da demanda mundial de açúcar e algodão, as exportações brasileiras desses produtos não aumentaram notavelmente. Ademais, nessa situação de redistribuição imperfeita de fatores domésticos, as exportações de açúcar e algodão também foram cada vez mais limitadas pelo impacto das exportações de café na taxa de câmbio flutuante do país.

O preço em moeda nacional (mil-réis) recebido pelos exportadores de cada mercadoria era determinado por dois fatores: o preço esterlino da respectiva mercadoria e a taxa de câmbio. Como reflexo da vantagem comparativa mais forte do Brasil no café, a taxa de câmbio implícita de esterlinos/mil-réis (o valor esterlino dos fatores domésticos necessários para produzir uma unidade de divisas estrangeiras) era mais alta para o café que para o açúcar ou algodão. Expresso em outros termos, o café brasileiro podia ser exportado a preços do mercado internacional com uma taxa de câmbio esterlino/mil-réis inferior à que possibilitava a exportação do açúcar ou algodão. Portanto, à medida que as exportações de café cresciam para dominar o comércio exterior do Brasil, a taxa de câmbio refletia crescentemente o peso do café e suas pressões para a valorização cambial.<sup>37</sup>

Os efeitos resultantes na taxa de câmbio surtiram efeitos significativos no preço em mil-réis das exportações brasileiras de açúcar e algodão. Para averiguar a importância relativa das mudanças da taxa de câmbio e do preço esterlino anual de cada produto na determinação do preço anual em

<sup>36</sup> Ver LEFF, Nathaniel H. *Economic retardation in nineteenth-century Brazil*. 1970. mimeogr. Dados sobre a rede de transportes primitiva do Brasil durante o século XIX são também apresentados nesse trabalho. A redistribuição interna dos fatores também era restringida porque, como ali indicamos, o Governo brasileiro subsidiava os custos da imigração estrangeira. Talvez devido às pressões dos latifundiários no Nordeste, medidas semelhantes não foram tomadas para reduzir os custos particulares da migração interna.

<sup>37</sup> O crescimento nas rendas domésticas que se seguiu às exportações de café gerou pressões maiores da demanda sobre o mercado cambial. Há evidência, contudo, de que a propensão marginal para importar do setor do café não era grande (ver LEFF, *Long-term Brazilian Economic Development*, op. cit. n. 25, p. 481). Ademais, as exportações de café em expansão também promoveram investimento estrangeiro no Brasil, que aumentou o fornecimento de moeda estrangeira e provocou pressões para uma taxa cambial mais alta do que a que teria prevalecido na ausência das exportações de café.

mil-réis para esses produtos, foram computadas equações de regressão, e os coeficientes *beta* para os dois termos foram calculados. Os resultados, apresentados na tabela 4, indicam que as variações na taxa cambial exerceram influência quantitativamente importante nos movimentos do preço anual em mil-réis para o açúcar e o algodão.

TABELA 4

Taxa de câmbio como determinante do preço em mil-réis das exportações brasileiras de algodão e açúcar

$$\log p_{it} \text{ Mil-réis} = a_1 \log p_{it} \text{ Esterlino} + a_2 \log \text{Taxa Cambial}_t$$

Produto	Período	Coeficiente beta de:	
		$a_1$	$a_2$
Algodão	1822-1873	0,88	0,42
Algodão	1874-1914	0,79	0,74
Açúcar	1822-1873	0,86	0,53
Açúcar	1874-1914	0,79	0,50

Assim, parece ter ocorrido o seguinte processo. Pelos motivos discutidos, a redistribuição de fatores do Nordeste para o Sudeste (e do açúcar e algodão para o café) foi limitada. Todavia, ambas as regiões tiveram de enfrentar a mesma taxa cambial.<sup>38</sup> A medida que crescia a exportação de café, produzia-se uma taxa de câmbio mais elevada do que teria prevalecido sem tal crescimento. Isso afetou adversamente o açúcar e o algodão, que necessitavam uma taxa esterlino/mil-réis mais baixa para exportar, pois implicava queda real dos preços (em moeda nacional). Com uma curva de oferta de inclinação crescente, suas exportações eram inferiores ao que poderiam ter sido em outras circunstâncias. Os preços inferiores em moeda nacional, para esses produtos, também reduziam os rendimentos no Brasil do investimento em nova tecnologia que era lucrativo em outros países. Ao mesmo tempo, a crescente sobrevalorização cambial para o açúcar e algodão constituía processo dinâmico que, com o peso crescente do café no mercado cambial, excluía, por seu preço, quantidades cada vez maiores do açúcar e algodão brasileiros dos mercados mundiais e provocava a grande

<sup>38</sup> Houve, algumas vezes, ligeiras disparidades entre as taxas de câmbio do Rio de Janeiro e de Recife, mas a arbitragem de câmbios pelos bancos estrangeiros e domésticos manteve-as bem pequenas.

redução de vendas no ultramar desses produtos que já observamos.<sup>39</sup> Finalmente, por ser a vantagem comparativa do Brasil no café tão superior à do açúcar e em virtude do mecanismo da taxa cambial e dos preços inferiores em mil-réis pelos quais os produtores sentiam agudamente esse fato, reduziam-se os rendimentos dos fatores que permaneciam em tais atividades, contribuindo assim para acentuar o declínio econômico do Nordeste.

Cabe notar aqui a ausência no Brasil do século XIX de mecanismos para assegurar a convergência de rendas regionais. Aliás, devido ao processo que acabamos de discutir, o crescimento das exportações cafeeiras do Sudeste provocava diretamente o declínio acelerado das vendas ultramarinas do algodão e açúcar nordestinos. O movimento da mão-de-obra do Nordeste para o Sudeste também foi, como vimos, limitado. Ainda, não houve aparentemente qualquer tendência para reduzir a escala dos rendimentos das atividades econômicas do Sudeste. As economias externas e os meios infra-estruturais como ferrovias, gerados pelo crescimento nos períodos anteriores, provavelmente até facilitaram o subsequente desenvolvimento do Sudeste, tanto na indústria como na agricultura. Por exemplo, quando os preços relativos internos mudaram para favorecer o algodão e açúcar no século XX, o Sudeste superou o Nordeste em sua resposta de oferta no aumento da produção desses bens. Finalmente, o Governo central não escudou o Nordeste do deslocamento econômico regional. Já na década de 1830, o Governo dependia politicamente dos interesses cafeeiros, e em seu todo as políticas de alocações governamentais teriam mesmo discriminado contra o Nordeste.<sup>40</sup> Nos anos de 1870 e 1880, o Governo central chegou de fato a estender algum auxílio à região após períodos de seca catastrófica, mas tal como ocorreu com o programa para a introdução da tecnologia moderna do açúcar, isso não foi muito eficaz para induzir uma convergência regional. Foi só no meio do século XX que se puseram em execução programas governamentais mais efetivos em grande escala.<sup>41</sup>

Nessas circunstâncias, o Nordeste teria ficado melhor como unidade política separada, com seu próprio sistema monetário. Seu comércio e desenvolvimento teriam então sido determinados pela própria vantagem

<sup>39</sup> A desvalorização global, que ocorreu frequentemente em reação à inflação brasileira a longo termo durante o século XIX, não ajudou muito o açúcar e algodão, já que necessitavam uma taxa de câmbio permanentemente inferior à do café.

<sup>40</sup> Sobre esses últimos pontos, ver STEIN, *Vassouras*, p. 64 e EISENBERG, *The sugar industry of Pernambuco*, cap. 3.

<sup>41</sup> Ver HIRSCHMAN, Albert O. *Journeys progress*. New York, 1963, cap. 1.

comparativa da região. No mínimo, na medida em que após a queda mundial de preços de açúcar não se puderam desenvolver atividades alternativas com rendimentos superiores, a taxa de câmbio haver-se-ia depreciado mais rapidamente, permitindo redução menos drástica nos preços em moeda doméstica para o açúcar e, como aconteceu em outras áreas de exportação, diminuição menor nas receitas das exportações de açúcar.<sup>42</sup> Assim, a experiência do Nordeste também teve implicações mais gerais com relação ao tamanho ideal de um país quando o sistema monetário coincide com a unidade política e há restrições ou altos custos para a mobilidade de fatores inter-regionais.

O desenvolvimento do Nordeste também teria sido retardado por outra circunstância relacionada com considerações de união da moeda — a obrigação de região de manter paridade fixa em suas transações com o Sudeste. Tomada em conjunto com a sobrevalorização cambial do Nordeste em relação ao resto do mundo, sua paridade fixa dentro do Brasil implica que a taxa cambial da região em relação ao Sudeste também estava sobrevalorizada.<sup>43</sup>

O estoque nordestino de bens financeiros colocáveis no mercado nacional, que podiam ser transferidos para financiar um desequilíbrio de pagamentos entre as regiões restringia-se essencialmente ao dinheiro; e de fato parece ter havido escassez crônica de dinheiro no Nordeste.<sup>44</sup> Essa ilíquidez deve ter afetado as taxas de juros, formação do capital e níveis de atividade na região. Ademais, estando barradas as mudanças (internas) da taxa cambial como mecanismo para ajustar um desequilíbrio de pagamentos entre regiões, a restauração do equilíbrio envolvia uma predisposição deflacionária para o Nordeste: um deslocamento adverso nas relações de troca, e — com os salários inflexíveis, para baixo, ao nível de subsistência — níveis inferiores de produção e de emprego real.<sup>45</sup> Essas pressões deflacionárias eram, ademais, não temporárias ou transitórias. O caso era êsse porque o ajuste se destinava a um desequilíbrio móvel, a sobrevalorização cambial regional que era causada por um aumento progressivo — e não de uma vez por tôdas — do peso do café no mercado de

<sup>42</sup> Ver os dados citados na nota n.º 28.

<sup>43</sup> A respeito da discussão que se segue, ver MUNDALL, R. A. A theory of optimum currency areas. *American Economic Review*, 51, set. 1961. e SCITOVSKY, Tibor. *Money and the balance of payments*. Chicago, 1968. cap. 8.

<sup>44</sup> GALLOWAY. *The Last Year*, n. 49.

<sup>45</sup> Isso está de acordo com os relatos vindos da região. Ver, e.g., a declaração de 1875 do cônsul britânico em Pernambuco: "O enorme número de pessoas sem uma ocupação ou meio visível de viver é verdadeiramente assombroso." Isso é citado em GALLOWAY. *The Last Years*, n. 46.

divisas do país. Finalmente, na medida em que as economias das duas regiões eram — ou poderiam ter sido — complementares, a sobrevalorização regional tendia também a reduzir o volume das exportações nordestinas para um Sudeste em rápido desenvolvimento, comparativamente ao que ocorreria num regime cambial diverso. Isso reduzia os efeitos do encadeamento das duas regiões o qual seria presumivelmente o principal benefício econômico do Nordeste em permanecer dentro da mesma unidade política com o Sudeste.

A transação pertinente nessa situação não foi entre maior crescimento “agregado” e disparidades regionais crescentes. A agregação é particularmente falaz aqui porque o Nordeste participou muito pouco no crescimento que ocorreu no Brasil como um todo. Antes, até o fim do século, quando o café atingia o ápice de sua predominância no mercado de divisas do País, a transação era entre maior crescimento para o *Sudeste* e estagnação se não declínio no Nordeste. Além do mais, embora a expansão do Sudeste afastasse adversamente o Nordeste, é importante observar que o Sudeste poderia ter conseguido o mesmo ritmo de desenvolvimento sem êsses prejuízos da parte do Nordeste. Isto é, na maioria dos casos, os prejuízos no desenvolvimento do Nordeste sacrificado *não* foram ganhos para o Sudeste. Devido a essa assimetria, os princípios convencionais de compensação não seriam aplicáveis aqui. Portanto, na ausência de medidas especiais para poupar ao Nordeste essas conseqüências do crescimento do Sudeste, havia um forte argumento econômico para a não-associação das regiões.

O presente trabalho apresentou provas indicativas de que os diferenciais regionais no desenvolvimento econômico brasileiro não resultaram da industrialização do século XX, mas remontam ao século XIX.<sup>46</sup> A disparidade regional teve sua origem no próprio processo pelo qual o desenvolvimento econômico começou no Brasil — crescimento da exportação — visto que a exportação do café, na qual o Sudeste se especializou, cresceu a uma taxa muito superior à das vendas ultramarinas de açúcar e algodão, os quais eram produzidos principalmente no Nordeste. O declínio das exportações brasileiras de açúcar e algodão, por sua vez, parece haver acompanhado um deslocamento na vantagem comparativa do País. Isso foi sugerido pelos dados sôbre a redistribuição da mão-de-obra escrava do País durante o século XIX. Que deve fazer um país quando ocorre tal deslocamento na vantagem comparativa? Evidentemente, os recursos devem

<sup>46</sup> A disparidade Norte-Sul na Itália também parece ser um caso em que a desigualdade regional precede — e portanto não pode ser atribuída inteiramente — à industrialização moderna. Ver ECKAUS. *The North-South differential in Italian economic development*. p. 300, 315-7.

ser redistribuídos para a atividade com lucratividade mais elevada. Em escala limitada, isso se deu no Brasil, particularmente com referência à mão-de-obra escrava. O capital e a iniciativa empresarial, todavia, ficaram muitas vezes ligados, como insumos conjuntos, à terra, que não era móvel. Além disso, o reencaminhamento de fatores envolvia mobilidade geográfica e, devido aos altos custos em que isso envolvia circunstâncias brasileiras do século XIX, ficava obstada uma redistribuição de fatores em grande escala.<sup>47</sup>

A situação do Nordeste no século XIX pode assim ser vista como um caso em que a vantagem comparativa se desloca, mas no qual as hipóteses livrescas de redistribuição instantânea e sem despesas dos fatores internos não se realizam. Ao mesmo tempo, o País tinha efetivamente um mercado de divisas unificado. Portanto, a expansão das exportações de café, com suas pressões conseqüentes para elevação da taxa de câmbio, provocou redução das exportações e achatamento dos resultados aos fatores restantes no açúcar e algodão. Como foi observado, alguns dos efeitos de "repercussão" mais freqüentemente citados — por exemplo, migração maciça de capital e iniciativa empresarial da região pobre para a rica — não parecem ter ocorrido. Contudo, outas condições, que não receberam suficiente atenção na análise do desenvolvimento regional dispar, operaram efetivamente com conseqüências inter-regionais perniciosas. Por isso, a circunstância acidental da distribuição espacial de atividades que ocupavam níveis muito diferentes na vantagem comparativa do Brasil provocou um processo no qual a expansão das exportações de uma região associava-se o declínio das exportações e do desenvolvimento da outra.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> A análise da origem desse caso de "dualismo" em termos de rendimentos diferenciais em diversas atividades e a existência de altos custos ou restrições à redistribuição de fatores pode naturalmente ser pertinente em outros contextos. Tais restrições que permitem um desequilíbrio continuado podem ser institucionais assim como econômicas. As relações às vezes estabelecidas entre a população colonizante e a indígena nas colônias são um exemplo excelente de tais barreiras institucionais.

<sup>48</sup> Essa discussão salientou as condições econômicas em vez das alegadas diferenças psicoculturais regionais para explicar a origem do diferencial regional do Brasil. Para um ponto de vista semelhante que minimiza a importância das diferenças regionais em "valôres" no desenvolvimento econômico da Colômbia, ver HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven, 1958. p. 185-6. e TORO, Alvaro Lopez. Migración y cambio social em Antioquia durante el siglo XIX. *Demografía y Economía*, 5, 1968. Cabe também observar que a análise deste trabalho não apóia as interpretações climáticas da disparidade regional brasileira, que têm salientado o fato de que como a Argentina e o Uruguai, o Sudeste está mais próximo da zona temperada que o Nordeste.

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

*Os Mercados de Capitais do Brasil*  
Banco Interamericano de Desenvolvimento

*Programação para o Desenvolvimento*  
Jan Tinbergen

*Uma Análise das Teorias de Organização*  
Beatriz Wahrlich

*Em Busca de uma Teoria de Descentralização*  
Paulo Reis Vieira

*Avaliação de Projetos de Desenvolvimento*  
Samuel P. Hayes, Jr.

*Custos – Princípios, Cálculo e Contabilização*  
(4.<sup>a</sup> edição) revista e aumentada  
Américo M. Florentino

*O Comportamento Humano na Empresa*  
(2.<sup>a</sup> edição)  
Yolanda Ferreira Balcão  
Laerte Leite Cordeiro

*Introdução à Administração Pública*  
(2.<sup>a</sup> edição).  
Pedro Muñoz Amato

*Introdução à Teoria Geral de Administração Pública*  
(2.<sup>a</sup> edição)  
Pedro Muñoz Amato

Visite uma das suas livrarias

*Guanabara*

Av. Graça Aranha, 26 loja C e H – Tel.: 222-4142  
Praia de Botafogo, 188 – Tel.: 246-5107

*São Paulo*

Av. Nove de Julho, 2 029 – Tel.: 288-3893

*Brasília*

Super Quadra 104, Bloco A – Loja 11 – Tel.: 24-3008